

O PAPEL SOCIAL DA LÍNGUA: O PODER DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

Carmen Elena das Chagas (UFF/UNESA)
carmenelena@bol.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua, na concepção da sociolinguística, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, mutante, instável e está sempre em desconstrução e reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. É uma atividade social, um trabalho coletivo, produzido por todos os seus falantes, cada vez que eles se interagem por meio da fala ou da escrita.

A língua, “sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem” (Câmara Jr, 1968, p. 223), é renovação, pois expressa a vida. Se ela pára, pode-se dizer que ela está morta, porque a história de uma língua é a história de um povo.

Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude. Porém estas variedades não prejudicam a unidade da língua ou a consciência daqueles que a utilizam como instrumento de comunicação ou emoção.

Existem tantas variedades lingüísticas quantos grupos sociais que compõem uma comunidade de fala. Essa variação pode acontecer de formas diferentes, até mesmo dentro de um único grupo social. Porém, ela não é aleatória, fortuita ou caótica, pelo contrário, apresenta-se organizada e condicionada por diferentes fatores. Essa heterogeneidade ordenada tem a ver com a característica própria da língua: o fato de ela ser altamente estruturada e, sobretudo, um sistema que possibilita a expressão de um mesmo conteúdo informacional por meio de regras diversas, todas, igualmente, lógicas e com coerência funcional. É um sistema que proporciona aos falantes todos os elementos necessários para a sua plena interação sócio-cultural.

A variedade de uma língua que um indivíduo usa é determinada por quem ele é. Todo falante aprendeu, tanto a sua língua materna como uma particular variedade da língua de sua comunidade lingüística e essa variedade pode ser diferente em algum ou em todos os níveis de outras variedades da mesma língua, aprendidas por outro falante dessa mesma língua. Tal variedade, identificada segundo essa dimensão, chama-se dialeto.

Nenhuma língua permanece estática. Ela apresenta variedades geográficas, sociais e individuais, já que o falante procura utilizar o sistema idiomático da melhor forma que convém. Com essas diferenciações não há prejuízo na unidade da língua, o que existe é a comunicação.

Na comunicação existe algo comum para o emissor e o receptor que lhes facilita a compreensão. Esse elemento é a norma lingüística que ambos os interlocutores adquirem da comunidade. A norma é instável, pois está presa à estrutura político-social e pode mudar no curso do tempo se o indivíduo mudar de um grupo social. A fala é a imagem de uma norma e varia de usuário para usuário. Dessa forma, é uma ilusão acreditar que a língua possa um dia parar, pois ela é a imagem e a voz de um povo.

VARIÉDADES LINGÜÍSTICAS

A história da língua portuguesa mostra muitas variedades lingüísticas dentro do grande território brasileiro. Do norte ao sul se fazem presentes o falar amazônico, o nordestino, o baiano, o mineiro, o fluminense, o sulista entre outros que se subdividem, formando uma vasta diversidade.

Há duas línguas no Brasil:

Há duas línguas no Brasil: uma que se escreve (e que recebe o nome de “português”); e outra que se fala (e que é tão desprezada que nem tem nome). E é esta última que é a língua materna dos brasileiros; a outra (“o português”) tem de ser aprendida na escola, e a maior parte da população nunca chega a dominá-la adequadamente. (Perini, 2001)

Na realidade não existe sistema escrito capaz de reproduzir fielmente a riqueza da língua falada. O que acontece é que existem graus de diferença nesta distância entre as duas formas da língua. As

diferenças entre essas formas se acentuam dentro de um *continuum* tipológico (Biber, 1988) que vai do nível mais informal ao mais formal, passando por graus intermediários. A informalidade consiste em apenas uma das possibilidades de realização, não só da língua falada, como também da língua escrita.

A civilização tem dado uma importância extraordinária à escrita e, muitas vezes, quando nos referimos à linguagem, só pensamos nesse seu aspecto. É preciso não perder de vista, porém, que lhe há ao lado, mais básica, uma expressão oral, porque “o homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão” (Câmara Jr., 2001, p. 164).

O nacionalismo busca as origens sem perder a visão crítica da realidade brasileira. É uma forma de repensar a literatura, a valorização do falar cotidiano, numa busca do que seria a língua brasileira “como falamos e como somos”. É uma análise crítica da sociedade burguesa capitalista, consciente e de denúncia, porque, na realidade, não é a elite que muda a linguagem e, sim o povo, pois necessita da mudança, a elite apenas a aceita.

A linguagem é uma atividade de interação social, ou seja, é uma manifestação de competência comunicativa, definida como capacidade de manter a interação social mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente.

Essa linguagem possibilita ao homem representar a realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Possibilita não só a representação e regulação do pensamento e da ação, próprios e alheios, mas também comunicar idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas e, desse modo, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais, anteriormente, inexistentes.

Essas diversas dimensões da linguagem não se excluem. Não é possível dizer algo a alguém sem ter o que dizer. E ter o que dizer, por sua vez, só é possível a partir das representações construídas sobre o mundo.

A comunicação com as pessoas permite, conseqüentemente, a construção de novos modos de compreender o mundo e de novas representações sobre ele. Mas se um dos interlocutores ouve a fala do

outro e, não compreende inteiramente, isto é, não percebe suas “intenções”, a comunicação não se dá de forma plena. Para uma pessoa se comunicar por meio da língua, além de conhecer seu vocabulário e suas leis combinatórias, ela necessita, também, perceber a situação em que se dá a comunicação, isto é, ter consciência do seu “contexto”.

O contexto é parte da representação mental que envolve uma gama muito grande de conhecimentos e informações. São a nossa visão de mundo e a organização mental como situações estereotipadas e sem ordenação que decidem se as condições necessárias à adequação dos atos de fala foram, realmente, preenchidas ou não. Esses atos de fala referem-se a atitudes passadas ou futuras do falante/ouvinte, pois funcionam como princípios através dos quais as atitudes são controladas e comentadas ou podem até ser usados com o objetivo de fornecer informações sobre essas atitudes.

Fica óbvio que quando o indivíduo passa a ter contato com outras pessoas, percebe que nem todos falam como eles ou como seus parentes mais diretos. Existem pessoas que falam diferente por serem de outras famílias, de outras cidades ou de outras regiões do país. Essas modalidades de nossa língua são chamadas de variantes lingüísticas que apresentam mudanças em razão das condições etárias, sociais, culturais e regionais dos indivíduos que a compõem.

Todas as variedades lingüísticas são eficazes na comunicação verbal e possuem valor nas comunidades em que são faladas. Por isso, não existe um jeito certo de falar, nem um dialeto superior a outro. “Quando se fala do exemplar correto, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, razão por que o eleito não é nem correto nem incorreto” (Bechara, 1991, p. 51).

Assim sendo, a linguagem é um fator de discriminação social, pois as diversidades lingüísticas provocam preconceitos dos falantes de uma variante mais elitizada aos falantes de uma variante menos favorecida, ocasionando dificuldades por estes últimos.

Bernstein reafirma:

Numa sociedade dividida em classes, pode-se identificar a existência de duas variedades lingüísticas, dois “códigos”, determinados pela forma

social: o “código elaborado” e o “código restrito”. Estes diferentes códigos resultariam da diferença entre os processos de socialização que ocorrem nas várias classes sociais (Bernstein, 1971, p. 83).

Segundo o autor, há a existência de diferentes tipos de linguagem, determinados pela origem social, assim o uso da linguagem é função do sistema de relações sociais. A consequência é que diferentes “códigos” lingüísticos criam para o falante, diferentes ordens de relevância e de organização da realidade, isto é, a estrutura social que determina o comportamento lingüístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a língua é considerada reflexo da cultura e determinante de formas de pensamento, o código lingüístico não apenas reflete a estrutura de relações sociais, mas também a regula. O homem aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala. Se a consciência é constituída a partir dos discursos assimilados por cada membro de um grupo social e se o homem é limitado por relações sociais, não há uma individualidade de espírito nem uma individualidade discursiva absoluta.

A organização que os interlocutores associam a um determinado discurso é um reflexo da forma pela qual o conteúdo é visto como coeso pelo ouvinte, ficando, assim, armazenado em sua mente.

Outros fatores que contribuem para a representação mental que os ouvintes têm do discurso são os conhecimentos prévios de como as coisas acontecem no mundo real, juntamente, com as suas expectativas sobre o que o falante pretende dizer. As representações mentais não ficam limitadas apenas à compreensão do discurso, mas são instrumentos mais gerais e fundamentais à cognição humana. Discurso, aqui, é o modo de “criar representações comparáveis àquelas que derivamos da nossa percepção direta do mundo”(Johnson-Laird, 1983, p. 397).

O enunciador é o suporte dessas relações, vale dizer, de discursos que constituem a matéria prima com que elabora a sua fala. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido, dessa forma, a dizer o que seu

grupo diz. “O discurso é, pois, o lugar das coerções sociais” (Fiorin, 1988, p. 42). O indivíduo não pensa e não fala o que quer, mas o que a realidade impõe que ele fale. Assim a posição do falante no mercado lingüístico só modifica quando o seu discurso lhe conferir autoridade, poder e dominação.

O sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. A sua fala revela mais do que o pensamento do falante, revela, também, o seu nível cultural, a sua posição social, a sua capacidade de adaptação a certas situações, sua timidez, enfim, a sua forma de ser e ver o mundo.

Dessa forma, falar mesmo, dizer o mundo, suas vidas, seus desejos e prazeres, dizer coisas para transformar, dizer o seu sofrimento e suas lutas para fazer, mudar e vencer, é tarefa, ou melhor, é pré-requisito para uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1991.

BERNSTEIN, Basil. Comunicação verbal e socialização. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971, p. 83.

BIBBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERINI, Mario A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

JOHNSON-LAIRD, P. N. *Mental model*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.